

7. SOCIOLOGIA JURÍDICA

DO NARCISISMO DAS ELITES AO NARCISISMO DAS MASSAS

MARIA RITA KHEL

1. O que se quer dizer quando se faz referência às elites brasileiras como sendo “narcisistas”? Em primeiro lugar, é bom não confundir narcisismo com egoísmo, uma característica tão generalizada entre os humanos que a sua contrapartida moral, o altruísmo, precisou ser imposta na forma de lei, a mando de Deus, para se constituir. Como ironizou Freud em *O Mal Estar na Civilização*: “se o altruísmo fizesse parte da natureza humana não teria sido necessário inventar um *mandamento* para nos convencer a amar o próximo...”

Na teoria psicanalista, o termo “narcisismo” serve para designar antes um estado psíquico do que um valor moral. *Narcisismo primário* é, como chamamos, o estado de plenitude próprio dos recém-nascidos que levam algum tempo para se dar conta de que já estão separados de suas mães. “Nascer é muito comprido”, já escreveu o poeta Murilo Mendes. A impressão de bem-estar que temos diante dos bebês muito pequenos, escreve Freud,¹ vem dessa auto-suficiência (totalmente alucinada, porque ninguém pode ser *me-nos* auto-suficiente que um bebê!), dessa sensação de completude em que eles ainda estão mergulhados até que se dão conta da separação. “Nascer” teria então dois momentos, para a psicanálise. O primeiro, a saída do ventre materno, não é tão

importante para o sujeito psíquico quanto este segundo nascimento, quando percebermos que deixamos de fazer *um* com nossas mães, que elas já não estão à nossa total disposição. Dito em terminologia lacaniana: já não somos o objeto único de seu desejo, não somos o *falo* para nossas mães.

Esta separação, e a ferida narcísica que advém dela, podem ser dolorosas mas são também a condição de nossa humanidade. Separados da mãe não apenas física mas também psiquicamente, começa a longa jornada que nos faz sujeitos, o que em psicanálise significa sempre: sujeitos de um desejo inconsciente que para o resto da vida vai motivar nossas ações, nossos investimentos, nossas escolhas.

Aqui o termo *narcisismo primário* torna-se apenas a marca teórica de uma origem, cuja realidade Freud pôde deduzir *a posteriori* pela observação de algumas graves regressões na psicose. Para os “neuróticos comuns”, o narcisismo se manifesta na sua forma *secundária*, que também pode ser considerada de dois pontos de vista. Secundário é o narcisismo que sustenta o *eu*, que lhe dá consistência imaginária – amor do eu por si mesmo, sem o qual o sujeito não desenvolve o mínimo de auto-estima necessário para desejar viver e ser feliz. Mas o narcisismo secundário também é o estado que se produz pelo mecanismo de retração ao *eu* do montante de libido que deveria estar investido nos objetos. Esta regressão é necessária, por exemplo, nas doenças – deixamos de investir

(1) S. Freud, “Introdução ao Narcisismo” (1914) em *Obras Completas*, vol. II, p. 2.017-2.032, Madri, Biblioteca Nueva, 1976.

libido no mundo externo, pois precisamos de toda a energia disponível para o trabalho de cura. No sono, a libido é quase totalmente retirada dos objetos para isolar o eu e possibilitar o repouso. Na cura dos sofrimentos amorosos, geralmente passamos por um período de desinteresse pelo mundo, que é o movimento oposto ao da paixão: nesta, o *eu* fica empobrecido, e o objeto, inflacionado de libido.

Portanto, as regressões narcísicas são mecanismos de reconstituição do *eu* diante das impossibilidades de obtenção de prazer ou sucesso (em que a libido seguiria naturalmente o seu curso. Para além dos movimentos de cura, o estancamento da libido no *eu*, por si só, constitui um adoecimento – é o caso, por exemplo, das hipocondrias. Por outro lado, toda evolução do sujeito constitui-se no distanciamento do estado de narcisismo primário e nas tentativas de recuperar o gozo perdido através dos investimentos nos objetos e da tentativa de identificação com os Ideais. Os ideais são herdeiros do complexo de Édipo incorporados ao supereu; representantes do que foi, para a criança, a perfeição das imagens parentais, têm um papel fundamental na manutenção narcísica do *eu* – no sentido que equivale ao da auto-estima. A relação é evidente: uma das formas “sublimadas” (i.é, não diretamente sexuais) de gratificação narcísica à disposição dos sujeitos é a conquista de alguns dos ideais que herdamos na passagem pelo Édipo, e que não correspondem àquilo que foram realmente nossos pais, mas ao que imaginamos sobre eles, ou mesmo ao que eles *gostariam* de ter sido.

A substituição das gratificações alucinatórias e instantâneas do narcisismo primário pela possibilidade de constituir um *valor narcísico* para o *eu* através das identificações e conquistas dos ideais exige um adiamento e um rodeio desde a origem da pulsão até a possibilidade de prazer. É o que chamamos de substituição do *princípio do prazer pelo princípio*

*da realidade*² ou, como gostamos de chamá-lo, pelo princípio do prazer possível. Este adiamento exige uma renúncia quanto às formas de gratificação imediatas e fantasiosas, que apesar das aparências acabam por se revelar muito frustrantes ao longo da vida.³

2. De toda esta teoria, o importante para compreendermos o suposto “narcisismo das elites” é o seguinte: primeiro, que o ser humano nunca abre mão de seu gozo (por exemplo, a plenitude do narcisismo primário), a não ser que seja *expulso* do paraíso, ou que uma ameaça maior (a exemplo da castração, no Édipo) o force a renunciar. Em segundo lugar, é importante lembrar que passamos a vida às voltas com a tentativa de reconstituir o paraíso perdido. Ou fazemos isto com os recursos “evoluídos” do *eu* – o amor, a realização dos ideais – ou, na impossibilidade destes, nas formas infantis e regredidas do narcisismo secundário.

Sendo Narcisismo um conceito clínico, penso que sua aplicação em outro contexto – por exemplo, para nos ajudar na compreensão do comportamento das elites brasileiras – deve ter um sentido mais metafórico do que estritamente psicanalítico.⁴ Mas afinal, não foi por metáforas que Freud construiu sua teoria? Metaforicamente então, ousaríamos dizer que as classes dominantes no Brasil – basicamente compostas dos mesmos grupos

(2) Ver em Freud, “Os dois Princípios do Funcionamento Mental”, (1920), *OC* vol. II, p. 1.638-1.692.

(3) Trabalhamos mais a fundo esta questão no texto “O Desejo da Realidade”, que se encontra na coletânea *O Desejo* (org. Adauto Novaes); S. Paulo, Cia das Letras, 1990.

(4) O tema foi brilhantemente tratado pelo psicanalista Jurandir Freire Costa no conhecido ensaio “Narcisismo em Tempos Sombrios”, incluído na coletânea *Tempo do Desejo* (org. Heloísa Fernandes); S. Paulo, Brasiliense, 1988.

econômicos e familiares desde a colonização — ao longo da história, conseguiram afastar-se muito pouco do estágio do narcisismo primário. Independentemente do que foram *de fato* as lutas pela conquista desta terra e pela manutenção do poder, a História do Brasil sempre foi tida como uma sucessão de conquistas fáceis de uma terra que se entregou docemente, sem exigir grandes esforços, sem derramamentos de sangue. Desde as representações da terra farta e gentil, dos nativos dóceis, curiosos e pouco resistentes ao estrangeiro, até as passagens fundamentais da nossa História — a Independência, a Abolição da Escravatura, a Proclamação da República — que parecem ter se dado em função de acordos de conveniência entre as elites (o “jeitinho português” de dominar, tão bem caricaturizado no filme *Carlota Joaquina*, de Carla Camurati), forjou-se o imaginário de uma nação constituída não à força de luta e trabalho e sim num suave processo de desfrute dos bens que a natureza dava de mão beijada ao conquistador.

Desta “natureza”, aliás, fazem parte os próprios oprimidos: os índios e os escravos, sobretudo, força “animal” explorada sem escrúpulos, até seu extermínio quase completo (no caso dos índios), ou até que já não fosse conveniente arcar com seu sustento (os escravos).

Tivemos sim muita violência, esforços desbravadores, luta de classes como em qualquer lugar, mas reclamamos o aspecto sofrido de nossa História. Os europeus que vieram para cá descobriram um grande colo de mãe complacente, e as elites, desde a carta da Caminha, criaram a fantasia de que a dominação se constituiu aqui pelas facilidades do desfrute, até mesmo do *abuso*, e não do trabalho (muito diferente da mitologia da origem norte-americana, por exemplo). Acrescente-se a isto o fato de que Portugal, nação que representaria neste imaginário uma função paterna, faliu como potência européia pouco tempo depois do ciclo das navegações, ficando o Brasil como

que órfão de pai, ou filho de um pai desmoralizado —, daí a fraqueza da instância simbólica da lei em nossa sociedade, que estamos tentando reconstituir há muitas décadas já.

No Brasil, a Lei (não só no sentido do que está na letra da Constituição, mas no sentido das intermediações necessárias para sustentar o pacto civilizatório) parece existir para coibir somente os mais fracos. A Lei é para quem não tem poder. As elites, que seriam as primeiras interessadas na manutenção da Lei, já que são suas maiores beneficiárias, agem como se possuíssem o privilégio do arbítrio — sentem-se fora do alcance dos limites impostos pela Lei.⁵

Outra consequência da representação da terra brasileira como mãe que se ofereceu aos filhos, longe da interdição paterna, e tão generosa que os filhos teriam podido se fartar sem ter que dividir seus favores, é que não existe respeito à coisa pública, no Brasil. A elite se apropria do espaço público como se fosse seu quintal. Como se aqui não existisse demarcação entre o público e o privado, mas sim entre o *vantajoso* e o *custoso*. Do vantajoso, a elite se apropria (o que vale para pensarmos no modo como são conduzidas as privatizações, aqui). O custoso, o pouco vantajoso, fica por conta do Estado, suposto mantenedor dos interesses públicos. Mas como as elites vão se apropriando também do Estado como coisa sua, vemos neste momento dito neo-liberal, que o próprio Estado vai se desobrigando de garantir à população alguns direitos básicos — saúde, educação, transportes, moradia — cujo custo não corresponde à geração *imediata* de benefícios. O Estado brasileiro vem negligenciando responsabilidades em áreas em que o investimento deve forçosamen-

(5) A respeito da fragilidade da instância paterna na cultura brasileira, ver os ensaios do psicanalista Contardo Calligaris no livro *Hello, Brazil*. S. Paulo, Escuta, 1991.

te ser maior do que o retorno, pelo menos no sentido do retorno material, já que estes investimentos não oferecem vantagem do ponto de vista do capital.

Todas estas operações sustentam-se sobre uma base imaginária cuja manutenção nos causa uma boa dose de cinismo. O afrouxamento dos ideais — que apontariam para algumas possibilidades de gratificação legítima do narcisismo secundário — é evidente e alarmante. Se nossa origem “paterna” (Portugal) se enfraqueceu e hoje mais nos desmoraliza do que nos orgulha, recalcamos nossa filiação e com isto sentimos, sinceramente, que não devemos nada a ninguém. Ao mesmo tempo, a mera posse da mãe-pátria não resolve a ferida em nossa auto-estima (a desmoralização da instância paterna desvaloriza a representação materna também) e ficamos capturados pelo espelho alheio, tentando ser o que não somos — europeus? norte-americanos? — ou dito de outro modo, trocando facilmente o ser pelo parecer.

3. Por fim, queremos apontar algumas características psicológicas do comportamento das classes dominantes no Brasil, que nos parecem muito de acordo com a manutenção da estrutura infantil organizada em torno da conservação do narcisismo primário. Se acreditamos que tudo o que temos hoje nos foi dado de graça, que nunca tivemos de construir nada, nossa capacidade de investir em projetos custosos, de adiar gratificações, é mínima. Estamos sempre correndo atrás da idéia de grandes projetos de resultados rápidos, desde a abertura dos portos de D. João VI, passando pela fantasia de modernização galopante — 50 anos em 5! — prometida por Juscélino, pelos megainvestimentos dos governos militares, até a comédia Collor (cômica se não fosse trágica) de “matar” o atraso brasileiro com uma bala só — e quem sabe o neoliberalismo apressado de FHC não seja mais uma tentativa de começar de novo, do zero, e (re)fazer tudo depressi-

nha? Como esperamos sempre soluções milagrosas (quem não se lembra do “milagre brasileiro”?), estamos sempre destruindo o pouco que foi feito em nome de uma nova solução mágica, megalômana. Não suportamos nos identificar com o pouco que fomos capazes de fazer, nossa imagem narcísica é sempre melhor e maior, não suportamos medir a distância que nos separa dessa perfeição imaginária e preenchê-la lentamente, custosamente, com as pequenas conquistas possíveis próprias aos chamados Ideais do Eu (em contraposição a um Eu Ideal, absoluto e inatingível).

O que não significa, por exemplo, que o brasileiro comum não trabalhe e passe a vida apostando na Sena. Ao contrário, trabalha loucamente, arduamente — mas pouco constrói, porque a base em que se apóia é frágil. A sociedade brasileira está sempre desprezando seus últimos feitos e recomeçando do zero. Quem já ouviu falar de um país tão pouco orgulhoso de si mesmo e, simultaneamente, tão ingenuamente otimista como o Brasil?

O terceiro ponto que queremos abordar, então, é a dialética entre o que estamos chamando de “narcisismo das elites” e o infantilismo das massas brasileiras. Na nossa particular “dialética do senhor e do escravo” — que, como se sabe, produz *sujeitos* nos dois pólos e não, como se poderia pensar, um sujeito em um pólo e um objeto em outro — a infantilidade narcisista das elites produziu, e foi alimentada, por um infantilismo proporcional por parte das massas.

Temos uma história de dominação em moldes paternalistas, quando não populistas, que corresponde, do lado dos dominados, a uma tradição de clientelismo ou submissão infantil — o “jeitinho brasileiro” de promover alienação nas duas pontas da pirâmide social. Nossa “modernização” fica sempre comprometida por estes vínculos arcaicos, promessas mirabolantes de um lado, esperanças messiânicas de outro. Se o compromisso das elites com o restan-

te da sociedade é frágil, devemos ver nisto uma parte de responsabilidade do próprio povo, que sempre preferiu apostar num paternalismo autoritário e sedutor, deixando com isto de desenvolver mecanismos de pressão eficientes e autônomos.

Neste sentido, vemos a crueza das políticas neoliberais do governo Fernando Henrique como uma perspectiva de avanço nas relações de dominação: pela primeira vez na história as elites brasileiras deixam claro que não estão preocupadas em proteger o povo das consequências de sua política de modernização tardia. A falta de demagogia de FHC, que nos choca e revolta continuamente, destrói uma série de falsas esperanças das massas em uma elite boazinha e protetora que algum dia, quando o “bolo” crescer, estará generosamente disposta a dividi-lo. Talvez assim, os chamados “brasileiros comuns” possam finalmente entender que vêm sendo abandonados pelo Estado e pelas elites, e quem sabe comecem a desenvolver algum projeto próprio no sentido de sua emancipação política.

No entanto, a primeira reação das massas no Brasil ao abandono das elites é uma *regressão*, nos moldes do narcisismo secundário. A submissão infantil ao paternalismo (suposto) das elites, com a grande dose de renúncia que ela exigia, deixa de apresentar qualquer perspectiva de compensação imaginária. O pacto *obediência-proteção* vem fracassando desde a era Collor, e os resultados são imediatos: se a lei não apresenta *nenhuma* vantagem para os que se sacrificam em nome dela, a sociedade inteira caminha para a delinquência.⁶ As massas,

hoje, são tão bandidas quanto as elites vêm sendo desde o período de impunidade dos governos militares. Se investir trabalho a longo prazo nunca valeu muito a pena no Brasil, agora a submissão em troca de proteção também já não vale mais.

Mas não se trata de uma insurreição organizada, como nas primeiras grandes greves da década de 70, produto da organização de uma classe operária que ainda se acreditava herdeira da Revolução. O quadro que vemos hoje é de um banditismo geral, em que cada um tenta tirar, por si e para si, alguma vantagem da desmoralização do pacto que sustenta as instituições civis da sociedade. Pensamos que ainda vai demorar um pouco para que o país, massas e elites, entendam que a criminalidade crescente em nossa sociedade não é somente uma questão de política (embora seja *também*), mas é um retrato da falência de um pacto paternalista e da impossibilidade conjuntural de constituição de um outro, mais justo e menos atrasado, pelo menos nos termos em que a elite se acostumou até hoje, isto é: sem que ela tenha de ceder nada de seus privilégios.

Como sintomas evidentes do narcisismo/infantilismo *das massas*, aponto a despolitização e o desinteresse crescente de setores jovens da população — atitudes como “não adianta nada” ... “não há o que fazer” ... “políticos são todos ladrões, tanto faz em quem vou votar” etc. A difusão da droga como perspectiva escapista, de obtenção de um prazer rápido e garantido que funciona como arremedo de rebeldia; a prática generalizada de furtos, assaltos e crimes por parte dos que não suportam mais se ver excluídos dos padrões de consumo que se apresentam como sinônimo de cidadania, e ao mesmo tempo não acreditam em nenhuma perspectiva legal de ascensão social. Por fim, o *narcisismo das pequenas diferenças* analisado por Freud em O

⁶ No início dos anos 80, o psicanalista Hélio Pellegrino previu este estado de delinquência generalizada em consequência da falta de compromisso das elites brasileira com a Lei. Os artigos que Pellegrino escreveu a este respeito para os jornais, há mais de uma década, estão na coletânea *A Burrice do Demônio*, Rio de Janeiro, Rocco, 1988.

*Mal Estar na Civilização*⁷ (1929/30) vem se revelando em várias formações intolerantes, desde as idiossincrasias religiosas até a violência de torcidas organizadas que revelam a falência do simbólico até mesmo nos campos onde ele deveria dominar.

Não adianta reclamar com as elites, partindo de uma posição vitimista, pedindo-lhes que sejam boazinhas conosco (“como antigamente”...?). No Brasil, as elites ainda não perceberam o que têm a perder, desrespeitando até mesmo os acordos que sustentam o modo burguês de dominação. Qualquer alteração importante neste estado de coisas tem que partir de quem se sente prejudicado, mas não necessariamente *vitimado*; a inveja e o ressentimento, aliados à falta de auto-estima de quem não valoriza o que já conquistou, têm sempre promovido um olhar fascinado e paralisado em direção a “eles”, os privilegiados à custa de nossa passividade. A meu ver, a herança de nosso passado *pidão* e chorão às vezes parece sobreviver justamente entre alguns setores de esquerda, que acreditam na denúncia da “maldade” das elites como modo de mobilização de consciências.

Ora, sem a valorização daquilo que criamos com o nosso esforço – as nossas instituições democráticas, as nossas raras tradições políticas, as nossas formações

culturais e sobretudo os frutos do nosso trabalho suado – estaremos sempre em posição de reivindicar e esperar soluções mágicas prometidas a cada nova troca de governo, sejam eles de centro-esquerda ou de direita. A decepção nestes casos é certa: pouco tempo depois de cada eleição em que se apostou tudo na onipotência governamental, passa-se a agir como adolescentes revoltados e decepcionados porque os pais não são tão poderosos como pareciam ser – o que só revela, aliás, quanto ainda desejaríamos estar submetidos a um grande poder redentor.

O narcisismo das elites, como toda formação narcisista, não é algo de que se abra mão voluntariamente, por força do desconforto produzido pela má consciência a que as esquerdas tentam inutilmente apelar. Como na teoria freudiana, sabemos que ninguém abre mão de gratificações narcísicas: se o bebê não fosse *expulso* de sua unidade primária com a mãe, jamais se tornaria sujeito, jamais substituiria as gratificações fáceis do *princípio do prazer* pelas renúncias e investimentos exigidos pelo *princípio de realidade*. Se as elites brasileiras ainda não “caíram na real” e ainda se imaginam no colo farto da mãe gentil, é porque de alguma forma nós estamos facilitando as coisas para elas.

O narcisismo das elites só vai ser destituído pela maioria das massas.

⁷⁾ OC (cit.), vol. III, p. 3.041-3.060.